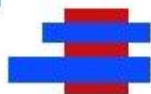


Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL
DE
AUDITORIA EXTERNA
EM
31 de Dezembro de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGADOURO

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EXTERNA

Ex.^{mos} Membros da Assembleia Municipal do Município de Mogadouro

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro

Ex.^{mos} Senhores Vereadores do Município de Mogadouro

Ex.^{mos} Senhores

Introdução

1. O presente relatório é emitido nos termos da alínea d), do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro e subsidiariamente pelos deveres de acompanhamento, vigilância e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais e ainda dos deveres previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas constante do Dec-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, aditado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

Âmbito

2. Procedemos à revisão legal desse Município e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, de acordo com as Normas e Recomendações Técnicas aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas com data de 10 de Abril de 2015.

Trabalhos Efectuados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento dos aspectos essenciais da gestão do Município, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários com o responsável pela contabilidade da Câmara Municipal, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.



- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pelo Município tendo, neste particular, sido feitos testes à valorização dos diferentes elementos do activo. Verificámos ainda a sua adequada divulgação, ou não, no Anexo.
 - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo, a Demonstração de Fluxos de Caixa e seu anexo e a Demonstração de Resultados por Funções, com as normas constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e demais normas contabilísticas aplicáveis.
 - Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efectuadas.
 - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - Análise do sistema de controlo interno existente no Município, com especial incidência nas áreas de aquisições de bens e serviços, recepção de compras, aquisições e abates de imobilizado, contas a pagar, cauções e garantias prestadas por terceiros, vendas e prestações de serviços (cobrança de taxas e licenças), expedição e contas a receber, contas de custos com o pessoal tendo sido efectuados os testes de conformidade apropriados.
 - Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos.
 - Tratamentos de todos os dados do Imobilizado extraídos da aplicação POCAL e Património, para efectuar a respetiva consonância de registos entre as duas aplicações.
- 2.1- Analisamos e realizamos testes aos saldos bancários apresentados pelo Município;
- 2.2- Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, fornecedores, outros devedores e credores, contencioso, seguradoras) dos saldos das contas,

responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo Município, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;

- 2.3- Teste as operações de inventariação física das existências;
- 2.4- Inspeção documental dos principais elementos do imobilizado corpóreo, designadamente das aquisições efectuadas no decurso do exercício, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais;
- 2.5- Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, deferimento e acréscimo;
- 2.6- Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- 2.7- Verificação das situações relacionadas com o cumprimento da legalidade e da entrega das retenções de impostos e contribuições às Entidades competentes;
- 2.8- Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a actualização dos capitais seguros;
- 2.9- Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços.
- 2.10- Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, à assunção da despesa.

Informações/Anotações da auditoria e revisão das contas

3. Decorrente da aplicação da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, o Município de Mogadouro é, a partir de 01 de Janeiro de 2014, sujeito à revisão legal das contas, a qual acompanha os documentos de prestação de contas que são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação.

O Município de Mogadouro, nos termos da da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro (Antiga LFL), não incorria na obrigatoriedade de certificação legal das contas referentes ao exercício de 2013. Por conseguinte, não foram verificadas as asserções mensuração e existência dos saldos finais de 2013 expressos nos quadros que a seguir se apresentam.

4. Em consequência do trabalho efectuado, e para além dos aspectos referidos na certificação legal das contas, datada de 10 de Abril de 2015, entendemos dever relatar o seguinte:

4.1 Sistema de controlo interno

Das verificações a que procedemos relativas ao levantamento do sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

- a) Nos ativos produzidos, construídos ou valorizados por Administração Direta (executados com meios do Município) somente são afectos à sua valorização os consumos de materiais não lhe sendo imputados os consumos de mão-de-obra, equipamentos e outros gastos gerais que são suportados. Tal facto traduz-se numa subavaliação desses ativos e numa idêntica subvalorização do resultado do exercício. Enquanto não for implementada a contabilidade analítica torna-se difícil calcular com fiabilidade os custos suportados com a realização da obra e o seu reconhecimento como “Trabalhos para a Própria Entidade”;
- b) Os bens arrendados a terceiros, nomeadamente habitações sociais, bar das piscinas, bar do centro de camionagem, bar da casa de artes, quiosque, cozinha regional, entre outros, continuam registados como imobilizado corpóreo, quando, de acordo com a normalização contabilística aplicável (POCAL), o reconhecimento desses activos deverá ser relevado em “investimentos financeiros- investimentos em imóveis” (conta 41.4) sendo as rendas obtidas registadas numa conta 78 – Proveitos e ganhos financeiros e não na rubrica 712 – Prestação de serviços como tem vindo a ser feito, assim como os encargos suportados com esses imóveis deverão ser considerados custos financeiros;
- c) No que concerne ao controlo do imobilizado registamos o facto da Secção do Património não proceder à verificação física periódica dos bens do activo imobilizado, de modo a controlar a permanência de bens do activo imobilizado em poder do Município. Com efeito, o imobilizado é uma área com grande significado e implica a existência de medidas de controlo interno específicas, que garantam a fiabilidade dos valores constantes nas contas do Município e a integridade dos bens registados e que são propriedade do Município;

- d) A gestão de imobilizado, designadamente, no que se refere aos seus custos de manutenção, requer um sistema de informação sujeito a permanente actualização e, ainda, complementado com um controlo físico efectuado por amostragem ao longo do exercício;
- e) De acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Inventário e Cadastro todos os bens deveriam estar etiquetados, o que não se verifica na sua totalidade;
- f) As “folhas de carga” (controlo de bens do património imobilizado) não estão de acordo com o conteúdo de cada compartimento, ou seja, não são atualizadas com as alterações eventualmente ocorridas (aquisição, alienação ou substituição de bens);
- g) Anotamos, também, o facto de, não obstante o ponto 2.8.3 do POCAL estabelecer a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade analítica, o mesmo ainda não se encontra aplicado, o que inviabiliza o apuramento dos custos pelo seu destino e um controlo de gestão de custos para a determinação e fixação das taxas com mais rigor;
- h) A especialização dos exercícios (imputação de custos e proveitos) só está a ser feita no final de cada ano económico, que, no caso, corresponde ao ano civil, e, apenas, para os seguros, remunerações a liquidar e subsídios para investimento. Há insuficiências nos procedimentos de afetação dos custos e proveitos aos anos em que ocorrem, que têm expressão na informação financeira relatada e de que salientamos, as rendas dos imóveis, a coleta dos impostos (IMI, IMT, IUC), entre outras;
- i) Da análise documental efectuada, foram detetados custos/proveitos referentes ao exercício anterior registados como se fossem do próprio exercício. De notar que, o reconhecimento de custos ou proveitos referentes a exercícios anteriores, deverá ser relevado nas contas 69.7 ou 79.7 – Correções relativas a exercícios anteriores (se de baixa expressão material) e as correções dos valores considerados de materialidade significativa não deverão afectar o resultado do exercício e, por conseguinte, serão de registar na rubrica 59 – Resultados Transitados;
- j) Com relação à área dos stocks/existências não nos foi possível obter qualquer tipo de evidência sobre o controlo das entradas e saídas de materiais. Acontece que, em muitas das vezes, são adquiridos materiais que são transferidos diretamente para a obra pelo fornecedor. Nesta situação, os bens adquiridos dão entrada e saída em simultâneo na aplicação informática, tornando-se difícil o seu controlo, nomeadamente no caso de haver sobras. Verificámos, ainda, a existência de artigos que não constam da aplicação de gestão de existências, ou seja, da listagem que serviu de suporte às contagens físicas;

- k) Ainda, em relação às existências, não se está a proceder à inventariação física com uma periodicidade regular a todos os bens, a qual deveria ser feita através de conferências parciais. Das indagações efectuadas, apuramos que, apenas, são efectuadas contagens físicas no final do ano, aos bens do economato. Tal situação contribui para fragilizar os mecanismos de controlo das quantidades em stock, ao contrário do que estabelece o manual de procedimentos que aponta para a necessidade de um controlo permanente e sistemático entre os registos informáticos e as existências em armazém;
- l) Não é feito o registo de participações financeiras de que damos nota na conta 41 – Investimentos financeiros.

4.2. Definição da Materialidade

O nosso trabalho foi planeado com base na percepção de um risco de controlo médio, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco de controlo global. Tendo por base os valores descritos no quadro abaixo, os quais foram retirados das demonstrações financeiras de 2013, ajustámos a materialidade global em € 440.833 e uma materialidade de execução de € 330.625.

	31-12-2013
Volume de Negócios	2 511 597
Total do Activo	147 685 325
Total do Activo Líquido	92 529 505
Resultado Líquido do Exercício	(1 657 588)
Total dos Gastos e Perdas	14 843 595
Total dos Rendimentos e Ganhos	13 186 007

4.3 Notas sobre os trabalhos efetuados e respectivas conclusões

1 – Disponibilidades

11 – Caixa

Em relação à tesouraria foram feitos testes de verificação dos saldos das folhas do caixa e não detectámos qualquer divergência entre os valores inscritos nos registos e os valores em cofre que, de resto, validámos através de procedimentos analíticos feitos à data a que nos foi possível efetuar esses testes.

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro, um saldo no valor de € 1.667,98.

12 – Depósitos em Instituições Financeiras

O Município prepara reconciliações bancárias para todas as contas de Depósitos em Instituições Financeiras. O saldo global desta rubrica ascende a € 3.629.384,96.

Procedemos à circularização de todas as Instituições Bancárias com quem o Município tem operações activas. Das 5 entidades circularizadas (C.G.D, Millennium BCP, Novo Banco, Crédito Agrícola e BIC.) apenas obtivemos resposta de 2 entidades (Crédito Agrícola e Caixa Geral de Depósitos).

O trabalho desenvolvido consistiu em testes de conformidade aos procedimentos e testes de verificação substantiva aos itens das reconciliações bancárias preparadas pelo Município o que nos permitiu concluir que as 10 contas bancárias estão adequadamente conciliadas.

Em síntese, temos:

Conta de Razão Nº	Conta Bancária Nº	Banco Dependência	Recepção	Saldo Extracto Banco	Ítems de Reconciliação						Diferença	Saldo pelo Razão em 31-12-14
					Empresa			Banco				
					Depósitos e transferências em trânsito	Cheques em trânsito	Débito não lançado no Banco	Crédito não lançado no Banco	Débito não lançado na Contabil.	Crédito não lançado na Contabil.		
1211	0035/00000408630	C.G.D	30-jan	1 943 094,89 €	5 051,66 €	246,09 €	59 659,83 €			0,00 €	1 878 629,49	
1212	0035/00001049330	C.G.D	30-jan	456 877,66 €			1 235,63 €			0,00 €	455 642,03	
1216	0035/00018225130	C.G.D	30-jan	47 122,97 €						0,00 €	47 122,97	
1217	0035/00016765130	C.G.D	30-jan	179 218,78 €						0,00 €	179 218,78	
1219	0035/00002016230	C.G.D	30-jan	488 941,82 €			22,01 €			0,00 €	488 919,81	
1221	0033/09480222267	BCP MILLENNIUM		23 497,32 €						0,00 €	23 497,32	
1224	0033/09480249181	BCP MILLENNIUM		279 201,04 €			63,62 €			0,00 €	279 137,42	
1231	0007/00040660604	NOVO BANCO		12 420,84 €	699,87 €					0,00 €	11 720,97	
1241	0045/40117313684	CCAM	20-jan	70 005,61 €	1 889,55 €					0,00 €	68 116,06	
1251	0079/15698210101	BIC		197 380,11 €						0,00 €	197 380,11	
				3 697 761,04 €	0,00 €	7 641,08 €	246,09 €	60 981,09 €	0,00 €	0,00 €	3 629 384,96	

Do teste de seguimento aos itens de reconciliação bancária não verificámos a existência de itens pendentes de reconciliação com antiguidade superior a seis meses.

Da análise efectuada à resposta obtida da Caixa Geral de Depósitos, verificámos a existência de depósitos obrigatórios necessários, depósitos a prazo e acções e obrigações não reflectidos nas contas do Município nos valores de € 11.896,20, € 2.754,41 e € 15.408,83, respectivamente.

Relativamente aos depósitos obrigatórios/necessários apurou-se que se trata de garantias prestadas pelos fornecedores (Índice ICT & Management, Lda. e Inertil – Sociedade Produtora Inertes, Lda.) em conta própria a favor do Município.

2 – Terceiros

21 – Clientes

Não obstante os clientes apresentarem um saldo com alguma materialidade o facto de serem, fundamentalmente, sujeitos individuais impossibilitou-nos de procedermos ao teste de circularização de saldos para a obtenção da evidência sobre o saldo em dívida.

No entanto, efectuámos os procedimentos analíticos às contas correntes dos principais devedores de modo a obtermos um grau de segurança aceitável sobre os valores constantes na informação financeira relatada.

No que respeita a rubrica “217 – Cliente e utentes c/cauções” realizámos testes substantivos à libertação de cauções e à entrega de cauções. A 31 de Dezembro apresenta um saldo de € (3.017,70), registando um aumento de € 350,00.

De notar que a rubrica “21.8 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa” apresenta um saldo no valor de € 14.684,43, cujas dívidas são referentes a água e taxas referentes a painéis publicitários. Deste saldo, e de acordo com o POCAL, encontram-se provisionados € 14.684,43.

O valor da rubrica “21 – Clientes, contribuintes e utentes” ascende a € 157.827,16, dos quais apenas € 75.332,97 são referentes ao processamento de água do mês de Dezembro.

22 - Fornecedores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores seleccionámos 17 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade, foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade.

Dessas 17 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 11. Dessas 17 entidades validámos a conferência de 8, conciliamos 3 e não obtivemos resposta de 6.

Em suma, com relação à rubrica global de fornecedores obtivemos a evidência necessária considerada necessária nas circunstâncias para podermos ter um nível de segurança razoável sobre o valor constante nos registos, no que concerne às asserções mensuração e plenitude.

Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Quadro das entidades circularizadas

Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
221001	11	RODONORTE - TRANSPORTES PORTUGUESES S.A.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
221001	28	INERTIL - SOC. PRODUTORA DE INERTES, LDA.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
221001	607	SERRALHARIA MECANICA MOGAUEUROPA, LDA.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
221001	1825	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221001	2532	EDP UNIVERSAL	47 162,72 €	2 636,11 €	44 526,61 €	2	CONCILIADO
221001	2783	A LUZ DA VELA, LDA	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221001	2819	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DA TERRA FRIA DO NOR	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
221001	4010	DESAFIO DAS PALAVRAS, LDA.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
221001	4951	TELMO MESQUITA, GIL RAFAEL E ASSOCIADOS, LDA	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221001	5327	ATM-SISTEMAS DE IFORMATICA E SERVICOS, S.A.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
221001	5363	SOPAS E SOPINHAS, DE ADELAIDE & ELISABETE, LDA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
221001	5368	COMPASSO DA FAMA UNIPessoal LDA	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221001	5380	DESAFIOMEDIEVAL, LDA	0,00 €	20 763,93 €	-20 763,93 €	2	CONCILIADO
221001	5409	CONVERGENT TRADITION, LDA	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221001	5456	FERNANDO PEIXINHO & JOSE LIMA - SOC. REVISORES	0,00 €	553,50 €	-553,50 €	2	CONCILIADO
228002	5460	CARDIOGLOBAL, LDA.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
221001	5476	FOTOMECANICA MOLOGRAFICA, S.A.	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

23 - Empréstimos obtidos

Em relação aos empréstimos obtidos verificámos que houve uma diminuição do saldo em dívida que passou de € 5.013.100,11, em 31 de Dezembro de 2013, para € 4.313.593,89 em 31 Dezembro de 2014.

Procedemos à circularização de saldos das Instituições de Crédito com as quais o Município tem financiamentos em curso (C.G.D e Crédito Agrícola), das quais obtivemos resposta. De acordo com os registos contabilísticos confirmámos a existência de treze linhas de crédito.

Verificámos a concordância dos registos contabilísticos através da execução de testes de conformidade (classificação dos documentos) e de verificação substantiva (extensão dos saldos), o que nos permitiu concluir que todas as linhas de crédito têm a situação regularizada, ou seja, cumpridas tempestivamente as obrigações de liquidação do serviço da dívida (amortizações de capital e juros).

Chamamos a atenção para a necessidade da desagregação da conta “23 – Empréstimos”, por Instituição Bancária e linha de crédito para um melhor controlo contabilístico, devendo o mesmo procedimento ser adotado na conta 681 – Juros suportados.

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do teste de verificação dos empréstimos em curso:

Banco	Conta	Saldo em 31-12	Resposta Banco	Difª.
C.G.D	2312111	714 957,29 €	714 957,29 €	0,00 €
C.G.D	2312111	388 717,74 €	388 717,74 €	0,00 €
C.G.D	2312111	631 086,64 €	631 086,64 €	0,00 €
CCAM	2312114	974 275,06 €	974 275,06 €	0,00 €
CCAM	2312114	223 999,59 €	223 999,59 €	0,00 €
CG.D.	2312121	40 400,15 €	40 400,15 €	0,00 €
CG.D.	2312121	1 008 717,13 €	1 008 717,13 €	0,00 €
CG.D.	2312121	20 074,67 €	20 074,67 €	0,00 €
CG.D.	2312121	100 097,60 €	100 097,60 €	0,00 €
CG.D.	2312121	41 105,62 €	41 105,62 €	0,00 €
CG.D.	2312121	79 183,51 €	79 183,51 €	0,00 €
CCAM	2312124	60 601,49 €	60 601,49 €	0,00 €
CCAM	2312124	30 377,40 €	30 377,40 €	0,00 €

A diminuição dos empréstimos bancários tem contribuído para uma maior margem face ao limite da dívida total do município, que, de acordo com os dados fornecidos pela DGAL se situa, para o exercício de 2014, em € 13.058.01. A 31 de Dezembro de 2014 os empréstimos bancários representam 85,38% da dívida total do Município.

De acordo com o mapa enviado pelo Município para, DGAL através do portal Autárquico SIIAL (Sistema de Informação Integrado de Autarquias Locais), o Município apresenta uma margem disponível por utilizar de € 3.117.696, pese embora apenas poder aumentar a sua dívida orçamental (2015) em 20% da margem disponível.

24 - Estado

Esta rubrica inclui as relações financeiras do Município com o Estado e Segurança Social, nomeadamente, no que concerne à retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações (Seg. Social, ADSE e C.G.A.).

Em relação às rubricas referentes à conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos não detetámos nenhuma divergência entre o valor registado na contabilidade e o valor das guias que serviram de pagamento aos diferentes tributos. As contribuições e impostos retidos têm sido pagos, pontualmente, dentro do prazo previsto na lei.

Relativamente à contribuição da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, chamamos atenção para o facto do registo das contribuições a cargo da entidade ser efetuado aquando do pagamento, ou seja, a 31 de Dezembro, tais valores não aparecem relevados na conta 245 – XXXX, o que se verifica apenas em Janeiro de 2015. Estimamos que as contribuições a cargo da Entidade referente à Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações do mês de Dezembro sejam de € 6.675,40 e € 28.432,35, respetivamente. Tal situação deverá ser corrigida na medida em que constitui uma omissão de um passivo nesse valor.

25 – Devedores e Credores pela Execução do Orçamento

Em relação à conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, procedemos à verificação documental, baseada numa amostra considerada significativa, a processos de despesa, ou seja, o nosso trabalho incidiu na verificação da rubrica 25.2 – Credores pela execução do orçamento. O trabalho realizado nesta área baseou-se, essencialmente, na verificação da classificação económica, patrimonial e de todo o processo que acompanha a realização da despesa, nomeadamente, no que se refere à sua autorização, ao seu cabimento e compromisso.

Da análise documental efectuada não verificámos incumprimento no que concerne às fases procedimentais da despesa.

26 - Outros devedores e credores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de entidades credoras, inscritas na rubrica geral de “outros devedores e credores”, seleccionámos 31 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos.

Nessa conformidade foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo enviasse a respectiva conta corrente.

Dessas 31 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 9 o que, utilizando procedimentos analíticos e procedimentos alternativos de auditoria nos permitiu formar opinião sobre a razoabilidade do saldo global da conta de outros credores. Destas 31 entidades conferem 7, conciliámos 2 e não responderam 22.

Quadro das entidades que responderam

Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
26111	28	INERTIL - SOC. PRODUTORA DE INERTES, LDA.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
26111	664	MANUEL JOAQUIM CALDEIRA, LDA	0,00 €	15 037,67 €	-15 037,67 €	2	CONCILIADO
26111	1762	CONSTRUÇÕES TENIZ ALVES LDA.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
26111	2853	FLOW SYSTEMS, LDA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
26111	5369	ERNESTO F.VIEIRA LOPES, UNIPessoal LDA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
26131	375	SILVA & PRETO, LDA.	12 879,75 €	12 879,75 €	0,00 €	1	CONFERE
26131	664	MANUEL JOAQUIM CALDEIRA, LDA	52 554,93 €	56 316,09 €	-3 761,16 €	2	CONCILIADO
26131	3878	JOSE ANTONIO PATRAO, LDA	8 482,95 €	0,00 €	8 482,95 €	1	CONFERE
26131	4394	M. COUTO ALVES, S.A	5 533,65 €	5 533,65 €	0,00 €	1	CONFERE

Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Quadro das entidades que não responderam

Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
26111	29	JAIME NOGUEIRA & FILHOS, LDA.	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26111	1875	HORACIO SA & IRMAOS, LDA.	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26111	2357	PLAMIR COMERCIO DE AUTOMOVEIS MAQ. AGRIC. INDUST, LDA	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26111	5498	MARIA DE FATIMA MARTINS	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	20	ELECTRO INSTALADORA MOGADOURENSE	6 884,37 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	28	INERTIL - SOC. PRODUTORA DE INERTES, LDA.	167 161,53 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	29	JAIME NOGUEIRA & FILHOS, LDA.	20 413,20 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	78	CONSTRUTORA MIRANDESA, S.A.	4 370,19 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	95	CISDOURO - CONSTRUÇOES E OBRAS PUBLICAS, S.A.	18 503,92 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	611	CONSTRUÇOES JOAQUIM BATISTA FERREIRA, LDA.	11 159,89 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	703	ANTONIO MARIA SARMENTO	2 792,12 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	1671	RODRIGUES CARDOSO E SOUSA LDA.	7 578,23 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	1721	FOCSA - SERVIÇOS DE SANEAMENTO URBANO DE PORTUGAL S.A	6 144,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	1762	CONSTRUÇOES TENIZ ALVES LDA.	3 659,36 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	2041	ADMINISTRACAO E GESTAO DE SISTEMAS SALUBRIDADE S.A.	2 900,96 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	2508	ARNALDO AMADOR & FILHOS LDA.	14 870,10 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	3818	EUROTENIS - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, LDA.	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	3855	MOISES DOS ANJOS FERNANDES	7 094,39 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	3993	LUCIOS DA SILVA AZEVEDO & FILHOS, LDA.	12 556,13 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	4011	FRANCISCO MEIRINHOS, CONSTRUÇOES, LDA.	17 285,76 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	4737	WISEWORKS- SLUÇÕES E TECNOLOGIAS EM ENGENHARIA, UNIPESSOAL	3 743,80 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26131	5073	PAVIPUL, UNIPESSOAL LDA	11 000,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

27 - Acréscimos e Diferimentos

Em relação a esta rubrica, verificámos todos os procedimentos de especialização de custos e proveitos, nomeadamente as suas estimativas e respectiva consistência.

Rubrica	Descrição	31/12/2013	31/12/2014	Desvio €	Desvio %
27	Acréscimos e Diferimentos	-24 997 192,84	-24 558 426,79	438 766,05	-1,76%
271	Acréscimos de Proveitos	0,00	0,00	0,00	
272	Custos Diferidos	53 162,33	38 672,38	-14 489,95	-27,26%
2729	Outros Custos Diferidos	53 162,33	38 672,38	-14 489,95	-27,26%
273	Acréscimos de Custos	-341 256,92	-341 084,37	172,55	-0,05%
2732	Remunerações a Liquidar	-341 256,92	-341 084,37	172,55	-0,05%
274	Proveitos Diferidos	-24 709 098,25	-24 256 014,80	453 083,45	-1,83%
2745	Subsídios para Investimentos	-24 709 098,25	-24 256 014,80	453 083,45	-1,83%

Acréscimos de Proveitos

Esta rubrica não apresenta qualquer saldo.

Não tem sido prática do Município a especialização dos impostos a receber da Autoridade Tributária e das rendas.

Em relação aos impostos a receber da Autoridade Tributária, verificámos que os valores de 2013 foram registados em 2014 (€ 29.309,48) e os valores de 2014 (€ 26.348,61) registados em 2015, como evidencia o quadro abaixo:

Impostos a receber no ano seguinte, respeitantes ao ano	2014	2013
IUC	11 503,40 €	14 483,71 €
IMT	5 921,02 €	8 659,59 €
Derrama		
IMI	7 468,60 €	6 166,18 €
Juros Mora de Imp. Directos	1 455,59 €	
Impostos Abolidos		
	26 348,61 €	29 309,48 €

Relativamente à renda de exploração da rede de distribuição de gás à Vila verificámos que o valor referente a 2014 (€ 16.700,00) foi registado em 2015. No que se refere à renda de concessão da EDP verificámos que a renda do 4.º trimestre foi registada, ainda, em 2014. O mesmo não se verificou relativamente à renda do 4.º trimestre de 2013 (€ 125.140,47), verificando-se assim, em 2014, o registo 5 rendas da EDP.

Custos Diferidos

O saldo desta rubrica diz respeito aos prémios de seguros em que o período de cobertura vai para lá do fim do exercício de 2014.

Acréscimos de Custos

Esta rubrica evidencia os custos a imputar ao próprio exercício e cuja despesa só ocorre em 2015, ainda que não tenham documentação vinculativa. O Município considerou nesta rubrica as remunerações e respectivos encargos sociais devidas por férias e subsídio de férias a liquidar (€ 341.084,37).

Verificámos, ainda, que não é política do Município o reconhecimento dos juros a liquidar referente aos financiamentos obtidos que estimamos em € 5.265,28.

Chamamos atenção para o facto de o Município não cumprir com o princípio da especialização dos exercícios, à excepção das remunerações a liquidar e respetivos encargos. Dos testes realizados, apurámos faturas datadas de 2013 registadas em 2014, bem como, faturas datadas de 2014 registadas em 2015. Tal facto, não se reflete de forma materialmente relevante na expressão do resultado do exercício, uma vez que os montantes em causa são equivalentes de um ano para o outro. Recomendamos que proceda à regularização dos documentos de 2014 registados em 2015 através da rubrica “59 – Resultados transitados” para que os custos sejam reconhecidos no ano a que respeitam, ou seja, cumprir com o princípio da especialização dos exercícios na prestação de contas de 2015.

Proveitos Diferidos

Nesta rubrica encontram-se reflectidos os saldos dos subsídios de investimento correspondentes a investimentos em activos imobilizados corpóreos e em bens de domínio público no valor de € 24.256.014,80, dos quais não foi possível obter a evidência considerada necessária sobre a sua adequabilidade/razoabilidade, derivada das seguintes situações:

- Não obtivemos a totalidade dos contratos de financiamento;
- Não existe um mapa de apoio que identifique os bens a que diz respeito cada subsídio; e
- O reconhecimento do proveito não tem por base a percentagem de financiamento em relação a amortização de cada bem.

29 – Provisões

Esta rubrica apresenta um saldo no valor de € 14.684,43 referente a provisões para cobrança duvidosa relativamente aos consumidores de água. Do teste realizado aos saldos expressos na listagem de documentos de receitas colectivas e individuais e, tendo em consideração as percentagens previstas no POCAL, apurámos saldos de cobrança duvidosa no valor global de € 25.244,26.

Do teste de circularização efectuado ao advogado, verificámos a existência de alguns processos interpostos contra o Município. Todavia, não foi possível estimar o valor das provisões a constituir referentes a “processos judiciais em curso” pelo facto da resposta do advogado não mencionar tal informação, conforme se pode constatar no quadro abaixo:

N.º Processo	Autor/Autuante	Réu/Arguido	Motivo	Valor Acção (€)	Obs.
219/14.BEMDL	Jaime Nogueira & Filhos Lda.	Município de Mogadouro	Concurso Obra		Aguardar decisão da reclamação do recurso
113/14.BEMDL	Eduardo Manuel A. Aragão e Outros	Município de Mogadouro e Junta Freguesia de Castro Vicente			Aguardar despacho do Juiz
295/04.0BEMDL	Ricardo Jorge Barros S. Versos	Município de Mogadouro	Não aceite e licenciado projecto de uma moradia na freguesia de Valverde		Aguardar despacho do Juiz
25/14.9BEMDL	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL)	Município de Mogadouro, Município de Torre de Moncorvo e outros	Redução do horário de trabalho para 35 horas/semanais		Aguardar marcação de julgamento ou decisão do Juiz sem julgamento
NUICO:00278/13.0	ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	Município de Mogadouro	Oferta de serviços de alojamento turístico sem título válido e falta do livro de reclamações no Parque de Campismo		Arquivado após oposição deduzida pelo Município

3 - Inventário/Existências

Dos testes realizados verificámos a existência de guias de movimento de entrega, de modo a registar e controlar os consumos dos armazéns que se destinam às obras, sendo que este controlo é apenas manual e, portanto, não é sujeito ao controlo pela aplicação do aprovisionamento. No entanto, a não relevação das obras em curso realizadas por administração directa traduz-se numa subvalorização do activo e do capital próprio do Município.

Procedemos à comparação dos valores registados na contabilidade com o mapa gerado pela aplicação do aprovisionamento, designadamente, o mapa que nos fornece informação sobre as existências finais, por conta e por artigo. Dessa análise não detetámos distorções materialmente relevantes, pelo que damos como verificada as asserções mensuração e valorização.

Relativamente aos testes às contagens físicas chamamos a atenção para os seguintes aspetos:

- Apenas foi criada uma equipa para a inventariação;
- Não existe um manual de inventário;
- Relativamente aos materiais (cimento, areia, tijolos, etc), verificamos que vai directamente do fornecedor para as obras de administração directa, sem que haja um controlo rigoroso;
- Da confirmação que fizemos às contagens realizadas verificamos a existência de determinados artigos com elevadas quantidades mas, com reduzida rotação de stock;
- Verificamos a existência de artigos que não constam da aplicação de gestão de existências, ou seja, da listagem que serviu de suporte às contagens físicas. Das indagações a que procedemos concluímos que tal acontece pelo facto dos encarregados procederem a realização de compras sem que estas passem pelo armazém. Este procedimento denota falha de controlo interno;
- Relativamente ao material eléctricos, somos da opinião que deveria ser criado um espaço físico independente do restante material.

Em suma, enfatizamos a necessidade de todas as compras serem realizadas através do armazém com as respectivas informações das diversas divisões.

A 31 de Dezembro de 2014 a rubrica “36 – Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo” possui um saldo de € 169.993,47.

4 – Imobilizado

41- Investimentos Financeiros

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro de 2014, um saldo no valor global de € 6.490,98.

Durante o exercício de 2014 esta rubrica não registou nenhum movimento, conforme se verifica no quadro abaixo.

Investimentos Financeiros
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2013	Movimentos			Reavaliação (se aplicável)	Saldo Razão em 31-12-2014
Nº	Descrição			Aumentos	Abates	Transferênc.		
411	Partes de Capital		6 490,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		6 490,98 €
4111	Associações de Municípios		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
4112	Empresas Municipais e Intermunicipais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
4113	Empresas Privadas ou Cooperativas		6 490,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		6 490,98 €

Segundo as demonstrações financeiras, as partes de capital correspondem às participações detidas nas entidades Resíduos do Nordeste EIM, S.A. (€ 2.750,00) e Laboratório Regional de Trás-os-Montes Lda. (€ 3.740,98).

Relativamente à participação na entidade “Resíduos do Nordeste EIM, S.A.”, verificámos que a certidão permanente não menciona as entidades que detêm o capital. Todavia, da análise aos estatutos verificámos que o capital social se encontra subscrito e realizado por Associações, nomeadamente, pela Associação de Municípios do Douro Superior, correspondente a 22%, e não pelos Municípios.

Da análise à nota “8.2.16 – Identificação das entidades participadas” do anexo ao balanço e demonstração dos resultados, verificámos a existência de participações no valor global de € 57.464,16 que não constam reconhecidas nas contas do Município, nomeadamente:

- Douro Superior Associação de Desenvolvimento - € 500,00
- Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos - € 6.000,00
- IAREN – Instituto da Água da Região Norte - € 299,28
- Associação de Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano - € 42.908,88
- Associação Nacional de Municípios Portugueses - € 4.756,00

- Turismo de Portugal e Norte de Portugal, ER - € 1.500,00
- Territórios do Côa, Associação de Desenvolvimento Regional - € 1.500,00
- Agência de Energia de Trás-os-Montes – não identificado

De acordo com o n.º 4 do art.º 17 da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, o Município tinha a obrigatoriedade de subscrever para o FAM (Fundo de Apoio Municipal) o montante de € 696.718,98. Por tal facto, deverá ser reconhecido na conta 41 – Investimentos Financeiros o valor da participação no Fundo por contrapartida do passivo correspondente. Chamamos, no entanto, a atenção para o facto de o SATAPOCAL ter, através de uma circular informativa, explicado que estes registos tinham de ser relevados nas contas de 2014. Acrescenta ainda que esta situação não coloca em causa a comparabilidade, pelo facto de não relevar para efeitos de cálculo do limite da dívida total.

42- Imobilizado Corpóreo

Em relação ao imobilizado corpóreo verificámos as aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte, assim como as transferências/correcções de imobilizado.

Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como cumprida a asserção da mensuração.

Imobilizado Corpóreo
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2013	Movimentos			Reavaliação (se aplicável)	Saldo Razão em 31-12-2014
Nº	Descrição			Aumentos	Alienações	Transferênc. e Abates		
421	Terrenos e Recursos Naturais		6 535 152,16 €	13 523,42 €	0,00 €	0,00 €		6 548 675,58 €
422	Edifícios e O.Construções		51 147 386,94 €	187 824,92 €	0,00 €	0,00 €		51 335 211,86 €
423	Equipamento Básico		11 477 977,08 €	75 641,17 €	0,00 €	0,00 €		11 553 618,25 €
424	Equipamento de Transporte		1 224 417,18 €	68 647,16 €	54 610,78 €	0,00 €		1 238 453,56 €
425	Ferramentas e Utensílios		704 058,49 €	324 201,90 €	0,00 €	201,00 €		1 028 059,39 €
426	Equipamento Administrativo		1 353 157,55 €	138 416,03 €	0,00 €	11 339,18 €		1 480 234,40 €
427	Taras e Vasilhames		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
429	Outras Imob. Corpóreas		1 163 264,42 €	212 686,70 €	0,00 €	95,00 €		1 375 956,12 €

43- Imobilizado Incorpóreo

Relativamente ao Imobilizado Incorpóreo, não se verificaram registos no decorrer do exercício de 2014, apresentado um saldo de € 382.644,57.

Imobilizado Incorpóreo
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2013	Movimentos			Reavaliação (se aplicável)	Saldo Razão em 31-12-2014
Nº	Descrição			Aumentos	Abates	Transferênc.		
431	Despesas de instalação	Abertura	0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €
432	Despesas de invest. e desenv.	Abertura	17 823,00 €	119 283,85 €	0,00 €			137 106,85 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	Abertura	125,30 €	0,00 €	0,00 €			125,30 €
434	Software Informático	Abertura	241 846,03 €	3 566,39 €	0,00 €			245 412,42 €

44 - Imobilizado em Curso

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro de 2014, um saldo no valor de € 2.001.686,01.

Os movimentos ocorridos, no decurso do ano de 2014, em “Imobilizado em Curso”, têm por base a realização de obras e a transferência para Imobilizado Corpóreo com base nos autos de receção provisória. Todavia, verificámos a existências de alguns autos de receção provisória datados do final de 2013 em que a transferência de imobilizado em curso para imobilizado corpóreo e bens de domínio público só ocorreu em 2014, pelo facto da homologação só ter ocorrido em 2014 (aprovação em Reunião de Câmara).

Imobilizado Em Curso
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2013	Movimentos			Reavaliação (se aplicável)	Saldo Razão em 31-12-2014
Nº	Descrição			Aumentos	Alienações	Transferênc./Abates		
441	Imobilizações em Curso de Investimentos Financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
442	Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas		831 313,37	1 706 900,24	0,00	-824 925,83		1 713 287,78
443	Imobilizações em Curso de Imobilizações Incorpóreas		64 978,00	132 180,72	0,00	0,00		197 158,72
445	Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público		258 173,86	41 326,57	0,00	-208 260,92		91 239,51

45 – Bens de Domínio Público

Bens de Domínio Público
Resumo do movimento Anual

NR	Conta do Razão Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2013	Movimentos			Reavaliação (se aplicável)	Saldo Razão em 31-12-2014
				Aumentos	Abates	Transferênc.		
451	Terrenos e Recursos Naturais		680 620,16	322,50	0,00	0,00		680 942,66
452	Edifícios		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
453	Outras Construções e Infra-Estruturas		68 142 762,33	482 143,24	0,00	0,00		68 624 905,57
455	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
459	Outros Bens de Domínio Público		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

Os aumentos registados na conta “45 – Bens de Domínio Público” derivam da transferência de obras em curso para a respetiva conta de Bens de Domínio Público, de acordo com auto de receção provisória.

Valorimetria adoptada

Confirmámos que a valorimetria adoptada para a generalidade dos activos imobilizados é a do custo de aquisição. Porém, no que se refere aos bens produzidos (construídos) por administração directa, detectámos que o processo de imputação de custos apresenta evidentes insuficiências para efeitos da valorização plena desses activos, na medida em que só é imputado o material destinado à obra, não sendo considerados os custos com o pessoal, amortização de máquinas e viaturas propriedade da autarquia, consumíveis e outros gastos gerais relacionados com a obra, ou seja, esses custos não imputados pelo Município são reconhecidos como custo do exercício e não são capitalizados na construção do activo. Concomitantemente, não é relevado qualquer valor na rubrica “Trabalhos para a Própria Entidade”. Daí que tal situação produza uma infra valoração dos activos e, por consequência, uma subvalorização do património líquido e do resultado do exercício.

Por insuficiência documental não nos foi possível efectuar um levantamento das obras realizadas por administração directa de forma a aferir com fiabilidade os custos suportados pelo Município relacionados com cada obra e a essa não imputados, para efeitos da relevação do seu valor contabilístico e patrimonial.

Amortizações

Procedemos à realização do teste às amortizações do exercício realizando o cruzamento dos dados da aplicação POCAL com os da aplicação do Património. Dos testes efetuados não foi detetada nenhuma divergência material. Do teste realizado às taxas de amortização e, consequentemente, à amortização do período não verificamos qualquer distorção de expressão material relevante.

5 - Fundos Próprios

O quadro seguinte evidencia os movimentos ocorridos, em 2014, nas contas da classe 5 – Fundos Próprios:

Rubrica	Descrição	31-12-2013	31-12-2014	Desvio €	Desvio %
5	FUNDOS PROPRIOS	-63 465 471,31	-61 749 032,65	1 716 438,66	-2,7%
51	PATRIMÓNIO	-16 067 419,56	-16 067 419,56	0,00	0,0%
57	RESERVAS	-18 423 746,87	-18 530 257,23	-106 510,36	0,6%
575	Subsídios	-18 423 446,87	-18 529 957,23	-106 510,36	0,6%
576	Doações	-300,00	-300,00	0,00	0,0%
59	RESULTADOS TRANSITADOS	-28 974 304,88	-27 151 355,86	1 822 949,02	-6,3%

A rubrica de “51 – Património” manteve-se inalterada desde Dezembro de 2013.

No que respeita à rubrica “575 – Subsídios” registou um aumento de € 106.510,36 referente à verba recebida no âmbito do contrato de auxílio financeiro, no valor de € 327.077,70 e de que foram recebidos € 3.313,58, cujo objectivo é a mitigação de impactos e recuperação de equipamentos públicos danificados no incêndio em Picões, ocorrido entre 8 e 11 de Julho de 2013 e do contrato de financiamento (Norte-08-0169-FEDER-000139) relativo à “Loja Interativa de Turismo de Mogadouro no valor de € 103.196,78. Do que conseguimos apurar o subsídio “Loja Interativa de Turismo de Mogadouro” teve como finalidade, por exemplo, à aquisição de equipamento informático, serviços de publicidade, projecto lay-out, ou seja, tem natureza de subsídio ao investimento e exploração. Por conseguinte, o seu reconhecimento não teve em atenção essa divisão devido à dificuldade, por parte dos serviços financeiros do Município, em identificar o montante correspondente à sua finalidade.

No que respeita à rubrica “59 – Resultados Transitados”, verificámos a aplicação do resultado líquido do exercício de 2013, regularização de amortizações de exercícios anteriores, bem como regularização de diversos projectos de arquitetura que estavam registados em imobilizado em curso e que, por decisão do Executivo, não irão ter execução.

6 – Custos e proveitos

61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
61	CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDAS	521.136,91	497.490,20	- 23.646,71	-4,54%
616	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	521.136,91	497.490,20	- 23.646,71	-4,54%
6161	Matérias-primas	142.822,23	42.586,37	-100.235,86	-70,18%
6162	Matérias subsidiárias	932,57	172,70	- 759,87	-81,48%
6163	Materiais diversos	51,55	-	51,55	
6165	Materiais de consumo	325.968,14	416.006,66	90.038,52	27,62%
6166	Produtos Químicos	51.362,42	38.724,47	- 12.637,95	-24,61%

2. Trabalho Efectuado

Verificámos a decomposição do saldo e procedemos à respectiva revisão analítica.

3. Conclusões

Verificámos que, nesta rubrica, é registado o valor das aquisições de materiais a fornecedores destinados às obras que o Município realiza com o pessoal da autarquia (administração directa), sendo que, algumas dessas obras são ativos imobilizados e, consequentemente, deveriam estar relevados como tal.

62 – Fornecimentos e Serviços Externos

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	3.865.162,90	4.336.897,25	471.734,35	12,20%
621	Subcontratos	945.922,18	1.079.635,93	133.713,75	14,14%
622	Fornecimentos e serviços	2.919.240,72	3.257.261,32	338.020,60	11,58%
62211	Electricidade	852.528,77	1.078.791,78	226.263,01	26,54%
622121	Gasóleo	168.166,95	149.034,41	- 19.132,54	-11,38%
622122	Gasolina	8.856,35	8.386,97	- 469,38	-5,30%
622123	Outros	138.903,02	117.229,21	- 21.673,81	-15,60%
62213	Água	19.058,41	14.883,06	- 4.175,35	-21,91%
62215	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	27,50	27,50	-	0,00%
62216	Livros e documentação técnica	-	97,95	97,95	#DIV/0!
62217	Material de escritório	737,98	1.030,44	292,46	39,63%
62218	Artigos para oferta	23.795,48	47.787,25	23.991,77	100,82%
62219	Rendas e alugueres	63.923,75	52.886,36	- 11.037,39	-17,27%
62220	PRÉMIOS EM DINHEIRO	11.255,00	9.930,00	- 1.325,00	-11,77%
62221	Despesas de representação	4.006,94	7.431,65	3.424,71	85,47%
62222	Comunicação	130.052,57	137.069,59	7.017,02	5,40%
62223	Seguros	72.642,13	74.752,52	2.110,39	2,91%
62225	Transportes de mercadorias	136,92	11.115,14	10.978,22	8017,98%
62226	Transportes de pessoal	20.631,27	28.738,08	8.106,81	39,29%
62227	Deslocações e estadas	358,00	1.360,75	1.002,75	280,10%
62229	Honorários	60.111,52	69.017,41	8.905,89	14,82%
62232	Conservação e reparação	203.235,06	262.652,81	59.417,75	29,24%
62233	Publicidade e propaganda	43.099,12	82.855,79	39.756,67	92,24%
62234	Limpeza, higiene e conforto	165.625,53	128.430,63	- 37.194,90	-22,46%
62235	Vigilância e segurança	1.210,07	20.577,28	19.367,21	1600,50%
62236	Trabalhos especializados	104.687,47	124.383,75	19.696,28	18,81%
62237	ALIMENTAÇÃO (REFEITÓRIOS)	36.555,37	42.322,71	5.767,34	15,78%
62238	ALIMENTAÇÃO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	17.563,86	25.349,39	7.785,53	44,33%
62239	Seminários, exposições e similares	65.666,00	4.668,24	- 60.997,76	-92,89%
62240	ALIMENTAÇÃO - GENEROS PARA CONFECCÃO	33.565,42	36.932,30	3.366,88	10,03%
62241	MATERIAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E RECREIO	770,00	-	- 770,00	-100,00%
62245	MÃO DE OBRA	8.849,80	27.328,42	18.478,62	208,80%
62290	Encargos de cobrança	44.672,18	42.018,05	- 2.654,13	-5,94%
62296	Curso de Formacao	275,00	185,00	- 90,00	-32,73%
62298	Outros fornecimentos e serviços	618.273,28	649.986,88	31.713,60	5,13%

2. Trabalho Efectuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao ano anterior e, em função dessa análise, procedemos à verificação e análise dos principais documentos de suporte de modo a obtermos a evidência julgada necessária nas circunstâncias.

3. Conclusões

Verificámos que o valor global da rubrica “fornecimentos e serviços externos”, comparando com o período homólogo de 2013, aumentou € 471.734,35, ou seja, 12,20%.

Assim, passamos a identificar as rubricas que registaram maior variação, assim como as que contribuíram para este aumento de custos:

- “62211 – Electricidade”, registou um aumento de € 226.263,01 devendo-se, essencialmente, ao facto de, no exercício de 2013, esta rubrica conter o registo de documentos referentes a quatro trimestres e em 2014 conter cinco trimestres, ou seja, há uma sobrevalorização dos custos por transferência para 2014 de custos de 2015;
- “62232 - Conservação e reparação”, registou um aumento no valor de € 59.417,75, o que equivale a 29,24%, devendo-se à impermeabilização de vários depósitos, o que não acontece regularmente. Este custo podia ter sido diferido em função de número de anos que separa este tipo de intervenções de manutenção;
- “62233 – Publicidade e propaganda”, registou um acréscimo no valor de € 39.756,67 derivado da publicitação da aplicação interactiva da Loja do Turismo;
- “62234 - Limpeza, higiene e conforto”, registou uma diminuição de € 37.194,90 derivado da redução mensal dos serviços de limpeza urbana da Vila;
- “62239 – Seminários, Exposições e Similares” registou um decréscimo no valor de € 60.997,76, correspondente a 92,89%, resultante, sobretudo, da exposição móvel, efectuada em 2013, sobre a “diversidade bioconstrutiva, edificação bioclimática e a sua adaptação à arquitectura e urbanismo moderno e concepção de logótipo e material de divulgação”;
- “62245 - Mão-de-obra”, registou um aumento de € 18.478,62 referente à reparação de condutas de água, de passeios e da fossa séptica;
- “62298 - Outros fornecimentos e serviços externos”, registou um aumento de € 31.713,60. Chamamos atenção uma vez que esta rubrica apenas deverá ser utilizada em operações que não tem enquadramento nas restantes contas, ou seja, trata-se de uma rubrica residual.

De notar que não existe uma conta integradora para os combustíveis, aparecendo, apenas, as rubricas individualizadas (ex.: gasóleo, gasolina, outros).

63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
63	TRANSFER. E SUBSIDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS	521.729,44	1.080.203,26	558.473,82	107,04%
631	Transferências correntes concedidas	521.729,44	1.080.203,26	558.473,82	107,04%
6311	Administrações públicas	65.836,74	475.483,58	409.646,84	622,22%
63111	Orçamento do Estado	11.781,23	10.799,08	982,15	-8,34%
63114	Segurança Social	1.995,20	3.990,40	1.995,20	100,00%
631131	Municípios	17.219,01	18.697,39	1.478,38	8,59%
631132	Freguesias	9.508,13	418.591,35	409.083,22	4302,46%
631133	Associações de Municípios	23.833,17	21.905,36	1.927,81	-8,09%
6312	Administrações privadas	308.400,15	389.891,90	81.491,75	26,42%
6313	Famílias	147.492,55	214.827,78	67.335,23	45,65%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

As transferências correntes, concedidas pelo Município, aumentaram globalmente € 558.473,82. O aumento registado deveu-se sobretudo às transferências efetuadas para as Freguesias, em que foi celebrado um contrato de delegação de competências com cada Junta de Freguesia no âmbito da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

Não existe uma conta integradora para as transferências correntes concedidas (Municípios, Freguesias e Associações de Municípios), aparecendo, apenas, as rubricas individualizadas.

64 – Custos com Pessoal

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
64	CUSTOS COM O PESSOAL	2.662.223,34	2.823.532,26	161.308,92	6,06%
641	Remunerações dos órgãos autárquicos	209.726,40	237.150,96	27.424,56	13,08%
6411	Remunerações dos eleitos locais	113.581,70	144.386,34	30.804,64	27,12%
6412	Remunerações dos membros do G.A.P.	96.144,70	92.764,62	- 3.380,08	-3,52%
642	Remunerações do pessoal	1.956.196,66	2.005.645,29	49.448,63	2,53%
6421	Remunerações base do pessoal	1.396.628,65	1.409.864,17	13.235,52	0,95%
64211	Pessoal em funções	1.436.896,47	1.315.154,92	- 121.741,55	-8,47%
64212	Pessoal em qualquer outra situação	-	93.350,28	93.350,28	#DIV/0!
642122	Outras situações	35.806,05	65.959,29	30.153,24	84,21%
642124	Pessoal em regime de tarefa ou avença	33.160,92	23.224,33	- 9.936,59	-29,96%
64214	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTACAO	386,84	1.358,97	972,13	251,30%
6422	Suplementos de remunerações	544.841,71	578.956,54	34.114,83	6,26%
6423	Prestações sociais directas	14.726,30	16.824,58	2.098,28	14,25%
645	Encargos sobre remunerações	384.584,76	457.805,51	73.220,75	19,04%
6451	Assistência na doença dos funcionários	316,25	-	316,25	-100,00%
6452	Seg.S. pessoal regime cont trabalho funções public	384.268,51	457.805,51	73.537,00	19,14%
646	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	21.207,14	21.438,53	231,39	1,09%
648	Outros custos com pessoal	90.508,38	101.491,97	10.983,59	12,14%
6481	Despesas de saúde	83.687,18	98.312,87	14.625,69	17,48%
6489	Outros	6.821,20	3.179,10	- 3.642,10	-53,39%

2. Trabalho Efetuado

Efetuámos os testes de conformidade às rubricas relacionadas com os custos com o pessoal, designadamente a verificação, por amostragem, dos procedimentos de processamento e de registo das operações. Para o efeito a amostra foi constituída por dois meses de processamento de remunerações e procedemos à análise dos diferentes agregados desta rubrica tendo verificado os procedimentos administrativos em relação ao processamento de remunerações, o que nos permitiu formar uma opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado pela contabilidade. Verificámos, ainda, a razoabilidade das remunerações suplantares e a especialização das férias e subsídio de férias e de outros custos relacionados com o pessoal.

3. Conclusões

Para além de pequenos desvios e algumas pequenas alterações em relação à conformidade dos registos efetuados, não detetámos quaisquer situações dignas de registo, pelo que verificamos o cumprimento da asserção mensuração.

Verificámos o cumprimento das reduções remuneratórias decorrentes da aplicação da Lei do Orçamento de 2014 (art. n.º 33 da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro), conjugada com a Lei n.º 75/2014 de 12 Setembro, não tendo sido detetada qualquer anomalia suscetível de anotação.

Através da análise efetuada verificámos que em relação ao período homólogo de 2013, os custos com o pessoal sofreram um aumento de € 161.308,92, o equivalente a 6,06%, explicado pelo aumento do número de estágios profissionais.

Verificámos que foi criada a conta 642124 – Pessoal em regime de tarefa e avença, que inclui as avenças do advogado e do pessoal do aeródromo, as quais deveriam ser consideradas na rubrica 62229 – Honorários.

65 – Outros Custos e Perdas Operacionais

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	1.101,60	20.672,82	19.571,22	1776,62%
651	Impostos e taxas	1.101,60	20.672,82	19.571,22	1776,62%
658	Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00	-	#DIV/0!

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

A 31 de Dezembro de 2014, esta rubrica registou um acréscimo de € 19.571,22, devendo-se o maior aumento às taxas de recursos hídricos que em 2013 não existiam.

66 – Amortizações do Exercício

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	6.477.642,78	7.070.755,11	593.112,33	9,16%
662	Imobilizações corpóreas	2.398.591,23	2.456.614,82	58.023,59	2,42%
6622	Edifícios e outras construções	1.922.710,17	1.895.166,89	- 27.543,28	-1,43%
6623	Equipamento básico	191.023,69	217.275,46	26.251,77	13,74%
6624	Equipamento de transporte	47.421,12	49.079,56	1.658,44	3,50%
6625	Ferramentas e utensílios	53.855,21	113.849,54	59.994,33	111,40%
6626	Equipamento administrativo	117.390,19	99.268,26	- 18.121,93	-15,44%
6629	Outras imobilizações corpóreas	66.190,85	81.975,11	15.784,26	23,85%
663	Imobilizações incorpóreas	18.471,14	27.643,97	9.172,83	49,66%
6632	Despesas de investigação e desenvolvimento	5.941,00	17.271,96	11.330,96	190,72%
6634	Software Informático	12.521,71	10.372,01	- 2.149,70	-17,17%
665	Bens de domínio público	4.060.580,41	4.586.496,32	525.915,91	12,95%
6651	Terrenos e recursos naturais	-	7.342,67	7.342,67	#DIV/0!
6653	Outras construções e infraestruturas	4.060.580,41	4.579.153,65	518.573,24	12,77%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste relativo ao cálculo das amortizações do exercício e à comparação do mapa das amortizações gerado pela aplicação do património com os valores constantes na contabilidade.

3. Conclusões

Dos testes realizados não detetámos qualquer distorção que coloque em causa a asserção mensuração e verificámos o cumprimento da consistência relativamente à política contabilística das amortizações. O aumento registado face ao período homólogo justifica-se pela passagem de imobilizações em curso para Imobilizações Corpóreas e Bens do Domínio Público. Dos testes de correlação entre a aplicação POCAL e aplicação Património detetámos uma divergência de € 127.624,47 sendo explicada pela regularização de amortizações através da conta “59 – Resultados Transitados”, associadas a diversos projectos/estudos de investimento que acabaram por não se concretizar, ou seja, não existia um imobilizado subjacente. Do teste realizado às taxas de amortização e, consequentemente, à amortização do período verificamos uma distorção de € 7.342,67 registada na conta “6651 – Terrenos e recursos naturais” que deveria ter sido contabilizada na conta “6653 – Outras construções e infraestruturas”.

67 – Provisões do Exercício

Esta rubrica apresenta saldo nulo em 31 de Dezembro de 2014, conforme evidencia o quadro seguinte:

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	2.126,59	-	- 2.126,59	-100,00%
671	Para cobranças duvidosas	2.126,59	-	- 2.126,59	-100,00%

68 – Custos e Perdas Financeiras

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	44.933,12	30.332,91	- 14.600,21	-32,49%
681	Juros suportados	41.190,81	27.439,67	- 13.751,14	-33,38%
6811	Em moeda nacional	41.190,81	27.439,67	- 13.751,14	-33,38%
688	Outros custos e perdas financeiros	3.742,31	2.893,24	- 849,07	-22,69%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste que nos permitiu relacionar os juros suportados com os empréstimos bancários obtidos, contrastados com a taxa de juro contratualizada. Verificámos, ainda, a sustentação das principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Numa análise agregada à rubrica de “custos e perdas financeiras” verificou-se uma diminuição de € 14.600,21, comparativamente a igual período do ano anterior, associada a redução da Euribor durante o exercício de 2014.

Dos testes efetuados verificámos que não é política do Município a especialização dos juros a pagar. Estimámos que o acréscimo de juros a pagar em 2015 referentes a 2014 atingem o valor de, aproximadamente, € 5.265,28.

69 – Custos e Perdas Extraordinárias

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	747.538,74	466.345,76	- 281.192,98	-37,62%
691	Transferências de capital concedidas	655.852,64	453.422,54	- 202.430,10	-30,87%
6911	Administrações Públicas	595.471,75	362.969,00	- 232.502,75	-39,05%
6912	Administrações Privadas	47.897,82	71.975,00	24.077,18	50,27%
6913	Famílias	4.983,07	9.901,04	4.917,97	107,54%
6915	Empresas	7.500,00	8.577,50	1.077,50	14,37%
694	Perdas em imobilizações	2.278,34	-	- 2.278,34	-100,00%
695	Multas e penalidades	761,97	210,00	- 551,97	-72,44%
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	75.625,21	2.368,49	- 73.256,72	-96,87%
698	Outros custos e perdas extraordinários	13.020,58	10.328,37	- 2.692,21	-20,68%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Através da análise efectuada, verificámos que, em relação ao período homólogo de 2013, os “custos e perdas extraordinárias” diminuíram, em termos globais, 37,62%, ou seja, € 281.192,98. A rubrica mais representativa na expressão dos custos extraordinários e que mais contribuiu para esta variação foi “6911 – Administrações Públicas” com uma diminuição de € 232.502,75, devendo-se, sobretudo, às transferências efectuadas para as freguesias.

7 – Proveitos e Ganhos

71 – Vendas e Prestação de Serviços

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
71	Vendas e Prestação de Serviços	- 1.542.588,52	- 1.438.820,92	103.767,60	-7%
711	Vendas	- 283.086,05	- 279.763,00	3.323,05	-1%
7111	Mercadorias	- 1.541,64	- 1.440,48	101,16	-7%
7112	Produtos acabados e intermédios	- 281.544,41	- 278.322,52	3.221,89	-1%
712	Prestações de serviços	- 686.401,62	- 723.944,73	- 37.543,11	5%
7121	SANEAMENTO:	- 200.840,60	- 210.996,54	- 10.155,94	5%
7122	AGUA:	- 3.312,78	- 3.502,79	- 190,01	6%
7123	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	- 4.818,56	-	4.818,56	-100%
7124	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	- 5.888,48	- 5.430,72	457,76	-8%
7125	Cemitérios	- 3.301,94	- 4.600,22	- 1.298,28	39%
7127	Instalações desportivas, culturais e recreativas	- 45.952,29	- 43.827,15	2.125,14	-5%
7129	OUTROS	- 422.286,97	- 453.344,42	- 31.057,45	7%
71293	TARIFA DE DISPONIBILIDADE - ÁGUA (EX-ALUGUER)	- 134.963,42	- 144.861,44	- 9.898,02	7%
71295	SERVIÇO ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS	- 0,38	- 0,19	0,19	-50%
71296	RESÍDUOS SÓLIDOS:	- 270.905,12	- 292.794,62	- 21.889,50	8%
71298	REFEIÇÕES ESCOLARES	- 14.193,75	- 13.776,51	417,24	-3%
71299	OUTRAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	- 1.962,30	- 1.911,66	50,64	-3%
713	OUTROS	- 573.100,85	- 435.113,19	137.987,66	-24%
7131	RENDAS E ALUGUERES	- 573.100,85	- 435.113,19	137.987,66	-24%
71311	RENDAS COMERCIAIS	- 64.150,23	- 39.849,60	24.300,63	-38%
71312	RENDAS DE HABITAÇÃO	- 7.330,31	- 4.359,72	2.970,59	-41%
71313	CONCESSAO DE EXPLORACAO	- 498.300,31	- 389.343,87	108.956,44	-22%
71319	OUTRAS RENDAS	- 3.320,00	- 1.560,00	1.760,00	-53%

2. Trabalho efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade às vendas e prestação de serviços e à análise substantiva do conteúdo e extensão dessas contas e dos saldos relevados. Para tanto efetuámos também o teste ao corte de operações. Verificámos, de entre outros, as variações ocorridas nos principais elementos destas rubricas através da análise documental. Com relação ao teste ao corte de operações verificámos o cumprimento da especialização dos exercícios.

3. Conclusões

Através da análise efetuada verificámos que, em relação ao período homólogo de 2013, as vendas e prestação de serviços registaram uma diminuição no valor de € 103.767,60, ou seja, 7%. A rubrica que mais contribuiu para esta diminuição foi a “713 – Rendas e Alugueres”, registando uma diminuição de € 137.987,66, resultante da alteração da política contabilística do registo associado as rendas, que passaram a ser contabilizadas na conta “783 – Rendimentos de Imoveis”, bem como ao arrendamento das instalações (cozinhas) para cursos realizados pelo IEFP. Chamamos à atenção para o facto da renda de concessão da EDP referente ao 4º trimestre de 2013 no valor de € 125.140,47 ter sido contabilizada em Janeiro de 2014.

72 – Impostos e Taxas

1. Conteúdo

Código das	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
72	Impostos e Taxas	- 969.008,14	- 992.534,23	- 23.526,09	2%
721	Impostos directos	- 914.770,85	- 906.088,42	8.682,43	-1%
722	Impostos indirectos	- 70.531,26	- 57.508,96	13.022,30	-18%
724	Taxas	- 44.948,81	- 53.081,07	- 8.132,26	18%
725	Reembolsos e Restituições	18.696,27	7.758,03	- 10.938,24	-59%
726	Anulações	42.546,51	16.386,19	- 26.160,32	-61%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade a algumas taxas cobradas e à verificação das variações ocorridas nas principais rubricas através da análise documental e tendo em conta procedimentos alternativos utilizados. Verificámos o cumprimento da especialização dos proveitos referentes a esta rubrica.

3. Conclusões

Esta rubrica registou um aumento no valor de € 23.526,09 face ao período homólogo. As maiores variações ocorreram nas rubricas “impostos e taxas” resultante da diminuição das receitas relacionadas com publicidade e ocupação da via pública e “anulações”.

Não tem sido política do Município a especialização dos impostos a receber da Autoridade Tributária. Todavia, verificámos impostos de 2013 registados em 2014 no valor de € 29.309,48 e impostos de 2014 registados em 2015 no valor de € 26.348,61.

73 – Proveitos Suplementares

1. Conteúdo

Código das	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
73	Proveitos Suplementares	0,00	-2.500,00	-2.500,00	#DIV/0!
7369	OUTROS BENS NAO DURADOUROS	0,00	-2.500,00	-2.500,00	#DIV/0!

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade proveitos suplementares e à análise substantiva do conteúdo e extensão dessas contas e dos saldos relevados.

3. Conclusões

A 31 de Dezembro de 2014, esta conta apresenta um saldo de € 2.500,00, associado à alienação, em hasta pública, de árvores e lenha resultante da limpeza de bermas de estradas.

74 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

1. Conteúdo

Código das	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
74	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	- 9.280.796,03	- 9.017.441,38	263.354,65	-3%
742	Transferências obtidas	- 9.280.796,03	- 9.017.441,38	263.354,65	-3%
7421	Administrações públicas	- 8.966.936,90	- 8.696.577,55	270.359,35	-3%
74211	Orçamento do Estado	- 8.902.363,98	- 8.508.909,57	393.454,41	-4%
742111	Transferências correntes	- 7.145.481,51	- 7.693.038,51	- 547.557,00	8%
742112	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	- 1.756.882,47	- 815.871,06	941.011,41	-54%
74212	Fundos e serviços autónomos	- 64.572,92	- 187.667,98	- 123.095,06	191%
7425	Empresas	- 313.859,13	- 320.863,83	- 7.004,70	2%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à análise dos subsídios contabilizados nesta rubrica e efetuámos a comparação dos valores constantes da comunicação oficial enviada pela DGAL, com a discriminação da participação do Município nos impostos do Estado – 2014 (FEF, FSM, IRS) com o que constava registado na contabilidade.

3. Conclusões

Da análise a que procedemos da comparação dos subsídios contabilizados com o mapa XIX do Orçamento de Estado para 2014 não verificámos qualquer diferença no valor registado pelo Município.

75 – Trabalhos para a Própria Entidade

1. Conteúdo

Nada consta nas contas do Município acerca desta rubrica.

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à elaboração e análise do controlo interno, nomeadamente no que respeita às obras realizadas por administração direta.

3. Conclusões

Salientamos o facto de o Município ter realizado trabalhos através de meios próprios, ou seja, por administração direta e não ter utilizado esta rubrica para mencionar os meios próprios e adquiridos destinados à construção das obras geradoras de bens do ativo imobilizado, o que acabou por se traduzir numa subavaliação do resultado e numa omissão dos ativos em igual valor. Não nos foi possível determinar tais diferenças pela impossibilidade de quantificação dos ativos construídos pelo Município através dos seus próprios meios e por o Município não dispor de um sistema de contabilidade analítica que nos permitisse aferir as omissões relacionadas com esses ativos e proveitos. Não obstante, o ponto 2.8.2 do POCAL obriga à implementação da contabilidade analítica.

78 – Proveitos e Ganhos Financeiros

1. Conteúdo

Código das	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	- 11.565,63	- 277.149,44	- 265.583,81	2296%
781	Juros obtidos	- 2.347,13	- 3.724,02	- 1.376,89	59%
783	Rendimentos de imóveis	- 9.218,50	- 267.225,42	- 258.006,92	2799%
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	-	- 6.200,00	- 6.200,00	#DIV/0!

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de proveitos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Conclusões

Comparativamente ao período homólogo esta rubrica apresenta uma variação positiva de € 265.583,81.



A rubrica que mais contribuiu para este aumento foi a “783 – Rendimentos de Imoveis”, registando um aumento de € 258.006,92 devendo-se à alteração da política contabilística do registo associado às rendas, as quais eram, anteriormente, contabilizadas na conta “713 – Rendas e Alugueres”.

Não tem sido prática do Município a especialização das rendas. Relativamente à renda de exploração da rede de distribuição de gás à Vila verificámos que a renda de 2014 (€ 16.700,00) foi registada em 2015. No que se refere à renda de concessão da EDP verificámos que a renda do 4.º trimestre foi registada, ainda, em 2014. O mesmo não se verificou relativamente à renda do 4.º trimestre de 2013 que não foi feito o acréscimo no exercício de 2013, ou seja, em 2014, foram registadas cinco rendas da EDP.

79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários

1. Conteúdo

Código das	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2013	31-12-2014		
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	- 1.382.048,81	- 1.409.647,67	- 27.598,86	2%
792	Recuperação de dívidas	- 94,97	- 8.463,93	- 8.368,96	8812%
794	Ganhos em imobilizações	- 63,59	-	63,59	-100%
795	Benefícios de penalidades contratuais	- 3.331,05	- 14.092,11	- 10.761,06	323%
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	- 14.332,93	- 21.519,88	- 7.186,95	50%
798	Outros proveitos de ganhos extraordinários	- 1.364.226,27	- 1.365.571,75	- 1.345,48	0%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos ao teste da variação de proveitos e à evolução dos saldos, através da verificação das principais rubricas.

3. Conclusões

Os proveitos e ganhos extraordinários registaram um aumento, em termos globais, de € 27.598,86. As variações mais significativas e que mais contribuíram para este aumento, ocorreram na rubrica “795 – Benefícios de penalidades contratuais” com um acréscimo de € 10.761,06, resultante de juros de mora e relaxes.

3.4. Identificação de insuficiências nos documentos do encerramento das contas

Da análise à resposta da “Caixa Geral de Depósitos” verificámos a existência de garantias prestadas pelo Município às entidades “Admin. Região Hidrográfica Norte IP” e “Comissão Coordenação Região Norte” no valor global de € 29.500,00 que não estão divulgadas na correspondente nota do Anexo ao balanço e Demonstração dos Resultados;

3.5. Acontecimentos Subsequentes

Não detectámos a ocorrência de acontecimentos após a data do encerramento das contas e até à data da emissão do presente relatório que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequências na informação financeira futura.

3.6. Cumprimento das metas orçamentais

Os quadros que a seguir se apresentam evidenciam o conteúdo dos agregados da despesa e da receita:

DESPESA				
Corrente	Valores			
	Orçamentado	Pago	Variação	%
01-Despesa com pessoal	2 834 159,00	2 810 578,06	-23 580,94	-0,83%
02-Aquisição de bens e serviços	5 447 467,00	4 881 369,21	-566 097,79	-10,39%
03-Juros e outros encargos	30 435,00	28 629,27	-1 805,73	-5,93%
04-Transferências correntes	1 106 045,00	1 080 203,26	-25 841,74	-2,34%
05-Subsídios	200,00	0	-200,00	-100,00%
06-Outras despesas correntes	44 958,00	38 912,42	-6 045,58	-13,45%
	9 463 264,00	8 839 692,22	-623 571,78	-6,59%
Capital				
07-Aquisições de bens de capital	6 064 179,00	2 603 180,21	-3 460 998,79	-57,07%
08-Transferências e capital	520 500,00	453 422,54	-67 077,46	-12,89%
09-Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
10-Amortização empréstimos	704 337,00	699 506,22	-4 830,78	-0,69%
11- Outras despesas de capital	4 000,00	2 295,00	-1 705,00	-42,63%
	7 293 016,00	3 758 403,97	-3 534 612,03	-48,47%
Totais de Despesas	16 756 280,00	12 598 096,19	-4 158 183,81	-24,82%

Como se pode apurar da análise do quadro supra as despesas correntes face ao orçamentado apresentam um desvio para menos de € 623.571,58, ou seja, 6,59%. A rubrica que maior peso teve na diminuição das despesas correntes foi a “02 – Aquisição de bens e serviços” com uma variação negativa de € 566.097,79.

Relativamente às despesas de Capital verifica-se uma diminuição face ao orçamentado de € 3.758.403,97, tendo tido a rubrica “07 – Aquisições de bens de capital” uma variação, para menos, de € 3.460.998,79, sendo esta rubrica a que mais peso apresenta na diminuição global das despesas de capital.

RECEITA				
Corrente	Valores			
	Orçamentado	Cobrado	variação	%
01- Impostos directos	717 049,00	906 088,42	189 039,42	26,36%
02- Impostos indirectos	62 193,00	58 245,96	-3 947,04	-6,35%
04- Taxas multa e penalidades	158 267,00	148 396,10	-9 870,90	-6,24%
05- Rendimentos propriedade	501 794,00	646 816,81	145 022,81	28,90%
06- Transferencias correntes	8 041 364,00	8 317 634,16	276 270,16	3,44%
07- Vendas de bens e serviços	908 334,00	960 958,05	52 624,05	5,79%
08- Outras receitas correntes	141 875,00	94 670,43	-47 204,57	-33,27%
	10 530 876,00	11 132 809,93	601 933,93	5,72%
Capital				
09- Venda de bens de investimento	125 600,00	6 200,00	-119 400,00	-95,06%
10- Transferencias de capital	3 234 443,92	1 707 005,78	-1 527 438,14	-47,22%
11- Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
12- Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
13- Outras Receitas de Capital	200,00	0,00	-200,00	-100,00%
Receitas de capital	3 360 243,92	1 713 205,78	-1 647 038,14	-49,02%
15- Outras receitas	890,25	16 031,60	15 141,35	
	6 721 378,09	3 442 443,16	-3 278 934,93	-48,78%
16- saldo gerencia anterior	2 864 269,83	2 864 269,83		
	20 116 523,92	17 439 522,92	-2 677 001,00	-13,31%

No que concerne às receitas correntes verifica-se um aumento face ao orçamentado de € 601.933,93 conforme se alcança através do quadro acima. As rubricas que mais peso tiveram no aumento das receitas correntes foram “01 – Impostos Directos” e “06 – Transferências Correntes” com variações positivas de € 189.039,42 e € 276.270,16, respetivamente.

Ao nível das receitas de capital verifica-se um decréscimo face ao orçamentado de € 1.647.038,14, tendo as rubricas “09 – Vendas de Bens de investimento” e “10 – Transferência de capital” diminuído € 119.400,00 e € 1.527.438,14, respetivamente.

3.7. Análise à Execução Orçamental

À data de 31 de Dezembro de 2014, a execução orçamental correspondia, genericamente, aos seguintes valores:

Rubricas	Valores Absolutos		Prev/Exec
	Previsão	Execução	%
1 - Saldo Inicial	2.864.269,83	2.864.269,83	100,00%
2 - Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	#DIV/0!
3 - Receita Corrente	10.530.876,00	11.132.809,93	105,72%
4 - Despesa Corrente	9.463.264,00	8.839.692,22	93,41%
5 - Receita de Capital	3.361.134,17	1.729.237,38	51,45%
6 - Despesa de Capital	7.293.016,00	3.758.403,97	51,53%
7 - Receita Total (1+2+3+5)	16.756.280,00	15.726.317,14	93,85%
8 - Depesa Total (4+6)	16.756.280,00	12.598.096,19	75,18%

Do quadro acima verifica-se que a execução orçamental não põe em causa o princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que a receita corrente efetivamente cobrada foi superior à despesa corrente do mesmo período.

Em relação ao controlo orçamental da receita verifica-se que a execução das receitas de capital ficou aquém do orçamentado, com uma execução de, apenas, 51,45%.

Relativamente ao controlo orçamental da despesa verifica-se um desvio negativo de 25%, pelo facto de ter sido baixa a execução da despesa de capital, situando-se nos 51,53%.

Em síntese, verificámos que a execução orçamental global relativa ao exercício ficou, aproximadamente, em 84,52% da estimativa efetuada o que nos leva a concluir que o nível de execução orçamental ficou abaixo das estimativas da despesa e da receita plasmadas no orçamento de 2014.

Desiquilíbrio Orçamental se Receita Corrente < Despesa Corrente

Receita Corrente/Despesa Corrente	Previsão	Execução	%
Receita Corrente	10.530.876,00	11.132.809,93	105,72%
Despesa Corrente	9.463.264,00	8.839.692,22	93,41%
Diferença	1.067.612,00	2.293.117,71	214,79%
Desiquilíbrio Orçamental	NÃO	NÃO	

3.8. Fundos Disponíveis

Conforme se verifica no quadro abaixo não apurámos diferenças materialmente relevantes entre os fundos disponíveis constantes da aplicação POCAL e os fundos disponíveis enviados para a DGAL via SIIAL, com a exceção do mês de Janeiro. Esta diferença explica-se pelo facto de os serviços de contabilidade não terem reconhecido como saldo inicial (saldo final de dezembro de 2013) na plataforma SIIAL no montante de 2.864.269, e, o qual não está correto.

Dos testes realizados não detetámos a assunção de compromissos sem fundos disponíveis cumprindo o disposto na alínea f) do art.º 3º e art.º 5º da Lei 8/2012 de 21/2.

FUNDOS DISPONÍVEIS

(valores em Euros)

Teste às aos Fundos Disponíveis SIIAL vs POCAL

Mês	Dados Extraídos do SIIAL	Dados Extraídos do POCAL	Diferença SIIAL vs POCAL
Janeiro	5.906.144,10	3.041.874,27	- 2.864.269,83
Fevereiro	2.316.125,42	2.316.125,42	-
Março	2.972.835,14	2.972.835,14	-
Abril	2.525.079,37	2.525.079,37	-
Mai	2.219.952,71	2.219.952,71	-
Junho	1.804.813,58	1.804.813,58	-
Julho	2.126.583,62	2.126.583,62	-
Agosto	1.351.359,67	1.351.359,67	-
Setembro	1.194.594,20	1.194.594,20	-
Outubro	262.179,88	262.179,88	-
Novembro	1.603.127,48	1.603.127,48	-
Dezembro	2.046.863,98	2.046.863,98	-

3.9. Efatura vs POCAL

24 - Estado								
243 - Imposto sobre o Valor Acrescentado								
(valores em Euros)								
Teste a correlação entre dados comunicados via Efatura vs Declarações periódicas de IVA								
Dados Efatura			Declaração Periódica de IVA				Desvio	
Período	Valor do IVA	Valor Total	Período	Valor do IVA	Base	Valor Total	IVA	Valor Total
Janeiro	4.235,54	164.598,38	1º Trimestre	12.745,10	158.992,59	171.737,69	686,71	- 193.050,82
Fevereiro	5.409,95	106.486,80						
Março	2.412,90	93.703,33						
Abril	2.162,35	86.154,65	2º Trimestre	5.207,36	78.564,34	83.771,70	266,46	- 133.200,91
Maior	2.359,38	90.678,00						
Junho	419,17	40.139,96						
Julho	2.623,49	93.742,60	3º Trimestre	8.880,88	136.643,52	145.524,40	602,42	- 157.512,90
Agosto	3.301,70	111.699,97						
Setembro	2.353,27	97.594,73						
Outubro	2.496,45	89.742,99	4º Trimestre	9.424,54	141.142,28	150.566,82	77,46	- 173.748,10
Novembro	4.091,89	137.387,94						
Dezembro	2.758,74	97.183,99						
	34.624,83	1.209.113,34		36.257,88	515.342,73	551.600,61	1.633,05	- 657.512,73

Dos testes de correlação entre as declarações periódicas de IVA e a informação reportada via E-fatura para Autoridade Tributaria, verificámos as diferenças mencionadas no quadro acima. Pese embora em termos de IVA liquidado as diferenças sejam de reduzido valor, sendo explicada pelas notas de crédito/débito e faturas com iva autoliquidação que não nos foi possível aferir no mapa do e-fatura, já em relação aos montantes faturados as diferenças são de elevado valor. Note-se que as declarações de IVA deverão ser preenchidas com toda a informação referente a todos os atos tributários (sujeitos, isentas ou não tributadas).

3.10. Análise económico-financeira

3.8.1. Análise Económica

No quadro abaixo é possível verificar a variação dos custos e dos proveitos no período de 2013/2014:

Rubricas	Descrição	31-12-2013	31-12-2014	Desvio €	Variação %
71	Vendas e Prestação de Serviços	-1.542.588,52	-1.438.820,92	103.767,60	-7%
72	Impostos e Taxas	-969.008,14	-992.534,23	-23.526,09	2%
73	Proveitos Suplementares	0,00	-2.500,00	-2.500,00	#DIV/0!
74	Transferencias e Subsídios Correntes Obtidos	-9.280.796,03	-9.017.441,38	263.354,65	-3%
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	-11.565,63	-277.149,44	-265.583,81	2296%
79	Prov. Gan. Extraordinários	-1.382.048,81	-1.409.647,67	-27.598,86	2%
	Total dos Proveitos	-13.186.007,13	-13.138.093,64	47.913,49	-0,36%
61	CMVMC	521.136,91	497.490,20	-23.646,71	-5%
62	F.S.E.	3.865.162,90	4.336.897,25	471.734,35	12%
63	Transferencia e Subsídios Correntes C. Prest. Sc	521.729,44	1.080.203,26	558.473,82	107%
64	Custos c/ Pessoal	2.662.223,34	2.823.532,26	161.308,92	6%
65	Outros Custos Operac.	1.101,60	20.672,82	19.571,22	1777%
66	Amortizações do Exercício	6.477.642,78	7.070.755,11	593.112,33	9%
67	Provisões do Exercício	2.126,59	0,00	-2.126,59	-100%
68	Custos e Perdas Financ	44.933,12	30.332,91	-14.600,21	-32%
69	Custos e Perdas Extraord.	747.538,74	466.345,76	-281.192,98	-38%
	Total dos Custos	14.843.595,42	16.326.229,57	1.482.634,15	10%
	Proveito - Custos	-1.657.588,29	-3.188.135,93	231.146,32	92%

Da análise ao quadro anterior ressaltam os seguintes aspectos:

- Em relação ao exercício de 2013 o Município registou um aumento de 47.913,49 no total dos proveitos. A rubrica de “Proveitos e Ganhos Financeiros” foi a que registou a maior variação com um aumento de € 265.583,81. Inversamente, a rubrica “Transferências e Subsídios Correntes Obtidos”, registou um decréscimo de € 263.354,65;
- Relativamente aos custos verifica-se um aumento global de 1.482.634,15 ou seja, verifica-se uma evolução desfavorável da conta de exploração, originando uma diminuição do resultado líquido em € 1.530.547,64;
- As rubricas que apresentaram maior variação no conjunto dos custos e que mais contribuíram para este aumento registado foram as de “Fornecimentos e Serviços Externos” (€ 471.734,35), “Transferências e Subsídios correntes” (€ 558.473,82) e “Amortizações do Exercício” (€ 593.112,33);
- É, ainda, de relevar que o facto de o Município não reconhecer os trabalhos para a própria entidade (realização de obras por administração directa) como proveitos, na parte de incorporação dos outros factores que não sejam materiais, se traduz numa subvalorização dos resultados.

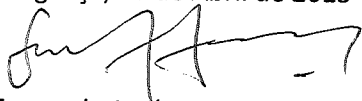
Conclusões

No decorrer do trabalho efetuado não detetámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao orçamento e plano aprovados pela Assembleia Municipal.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Município de Mogadouro, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual do Auditor Externo, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da Câmara Municipal e designadamente do pessoal da Divisão Administrativa e Financeira.

Bragança, 10 de Abril de 2015



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC nº 1047
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, L.da